

DOUTO CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo nº. 1.031.253

Secretaria da 1ª Câmara TCE

Natureza: DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO

Origem: Denúncia de Irregularidade, no curso de Processo Licitatório, Pregão Presencial n. 071/2017, tramitado na Prefeitura Municipal de Guidoal/MG.

SORAIA VIEIRA DE QUEIROZ, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem *mui* respeitosamente, perante V.Exa., por intermédio de seus procuradores *in fine* assinados, apresentar;

DEFESA

Em face Denúncia/Representação em epígrafe, pelo que passa a expor e requerer:

I – DAS CONCLUSÕES ORIUNDAS DE RELATÓRIO, ELABORADO PELO SETOR TÉCNICO DO TCE/MG.

Cuida-se de Denúncia/Representação contra procedimento licitatório tramitado na Prefeitura Municipal de Guidoal/MG, que síntese cominou na elaboração de relatório técnico, concluído:

“(...)”

4 – CONCLUSÃO

Isto posto, entende esta Unidade Técnica que persistem as irregularidades anteriormente apontadas pela equipe técnica deste Tribunal abaixo relacionadas:

4.1) Indefinição das parcelas de maior relevância;

4.2) Não parcelamento do objeto



A estas somam-se as seguintes irregularidades, consideradas restritivas e que podem ter dado causa a direcionamento do objeto licitado.

4.3) exigência de licença operacional de estação de transbordo na fase de habilitação;

4.4) exigência de disponibilidade de 2 caminhões compactadores com capacidade mínima de 12 m³ para a coleta, quando a quantidade coletada pelo município é inferior à capacidade mínima de caçambas;

4.5) exigência de propriedade de 2 caminhões Roll ON-OFF, para o transporte do material desde a estação do transbordo até o centro de tratamento de resíduos – CTR em Rodeiros;

4.6) Indícios de Sobrepreço.

Prosseguindo, pontua a seguinte conclusão:

“Quanto à possibilidade de conversão da auditoria solicitada anteriormente em diligência, fica a consideração do Exmo. Sr. Conselheiro Relator o exercício de juízo sobre os riscos envolvidos no trabalho e no julgamento final deste relatório.”

Contudo, *máxima vênia*, após detida análise proveniente do efetivo contraditório ora efetivado, ver-se-á em estrita observância ao primado da verdade real, que as imputações, ilícitos e irregularidades deverão ser afastadas.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

II.1 – DA EXPRESSA IMPUGNAÇÃO AO ACERVO PROBATÓRIO PRODUZIDO NO CURSO DA TRAMITAÇÃO DA PRSEENTE DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO (AUTOS N. 1031.253)

Ab initio, incumbe-nos como primeiro ato material das Alegações de Defesa ora ofertadas, promover de modo claro e inequívoco expresso ato de impugnação, cujo ato engloba pareceres, atas, relatórios de apontamentos técnicos, laudo pericial e demais conclusões que sustentam irregularidades supostamente cometidas no curso do certame licitatório em discussão, sem prejuízo de outras medidas de natureza impugnativa a ser sustentada no presente ato de defesa e justificativa, o que desde já se argui, sustenta e requer.



III – DA PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL, EM RAZÃO DO NÃO FRANQUEAMENTO DO ACESSO ELETRÔNICO AOS AUTOS, CONFORME E-MAIL QUE INSTRUI A PRESENTE ALEGAÇÕES DE DEFESA.

Ab initio, reverberamos, *máxima vênia*, que o fato ora noticiado, pertinente à ausência de franqueamento aos patronos da ora peticionário do acesso através do (código de acesso) para vista dos autos, por se tratar o autos em tela de processo eletrônico.

Destarte, observa-se que teve encaminhado e-mail de: rafael.martinsepaiva.com para: protocolo@tce.mg.gov.br, com o seguinte teor:

*“Prezados,
Venho, por meio deste, requerer a juntada da procuração anexa, bem como vista dos autos para conhecimento da demanda e providências cabíveis,
Aguardo portanto, o código de acesso após a concessão da vista requerida.”*

De se registrar a resposta, por e-mail, com o seguinte teor:

*“Documento protocolizado sob n. 6686411/2020.
Elton Matos Nogueira
Matrícula 151952”*

Ora, data vênia, anotamos que até a presente data, não foi franqueado o necessário (código de acesso) e, portanto, a presente Alegações de Defesa é promovida com base apenas na refutação às conclusões e fundamentações constantes do Relatório de ordem técnica da lavra da 1ª CFOSE/DFME, 23 de junho de 2020, assinado pelo Analista de Controle Externo – TC 1792-0 (Luiz Henrique Starling Lopes).

Neste desiderato, asseveramos que o ato de defesa em tela, encontra-se tolhido, eis que não se franqueou a chave de acesso aos Patronos da ora Peticionária, razão pela qual resta violado os princípios da ampla defesa, contraditório e devido processo legal.

Demais disso, forçoso reconhecer que a ausência de franqueamento aos patronos do código de acesso, implica nas violações aqui apontadas, numa seara de ausência de contraditório material, que inibiu o ora peticionário de exercer poder de influência sobre o processo e seus atos processuais.

Neste sentido é o entendimento do doutrinador Fredie Didier Jr., na obra Curso de Direito Processual Civil, ed. JusPodivm, 18. Edição, p.82, vejamos:



(...). "Há porém, ainda, a dimensão substancial do princípio do contraditório. Trata-se do "poder de influência". Não adiante permitir que a parte simplesmente participe do processo. Apenas isso não é o suficiente para que se efetive o princípio do contraditório. É necessário que se permite que ela seja ouvida, é claro, mas em condições de poder de influenciar a decisão do órgão jurisdicional.

Se não for conferida a possibilidade de a parte influenciar a decisão jurisdicional – e isso é o poder de influência, de interferir com argumentos, ideias, alegando fatos, a garantia do contraditório estará ferida. É fundamental perceber isso: o contraditório não se efetiva apenas com a ouvida da parte; exige-se a participação com a possibilidade, conferida à parte, de influenciar no conteúdo da decisão." (...).

Por derradeiro, há de constatar ainda que o prejuízo resta demonstrado de forma patente e incontestável, eis que a ausência de acesso à integralidade dos autos, haja vista tratar-se de processo eletrônico, induz em grave prejuízo aos conceitos modernos de defesa técnica.

Acolhimento da preliminar de nulidade, que se impõe decretar.

IV – DO MÉRITO.

Ad argumentandum tantum, na remota possibilidade de se superar a preliminar de nulidade processual apontada, mesmo assim há de se concluir pela patente improcedência e ausência de plausibilidade jurídica-probatória, contida na denúncia/representação guerreada.

Pois, infere-se que a denúncia/representação formulada perante essa Corte de Contas, pretende condenar os Requeridos e a ora Peticionária às irregularidades apontadas, sustentadas, data vênia, em meras ilações fáticas e jurídicas que não se encontram eco na provas coligidas aos autos, tampouco no acervo técnico jurídico que deve imprimir a análise da matéria vergastada. Todavia, compulsando de forma detida os autos, imperioso concluir que a matéria denunciada mostra-se frágil e sem nenhuma consistência fática e jurídica, mostrando-se dotadas de graves aspectos de inconsistências e defeitos que desautorizam balizar qualquer tipo de condenação, data vênia.



IV.1 – DA BOA FÉ ADMINISTRATIVA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS DENUNCIADOS

Desde já, necessário repisar que todos os envolvidos na malsinada peça de denúncia/representação, sejam os agentes públicos ou privados, portaram-se de absoluta boa fé administrativa.

Destarte, extrai-se do supracitado relatório técnico da lavra TC 1792-0 (Luiz Henrique Starling Lopes) 1ª CFOSE/DFME as seguintes ponderações, vejamos:

(...).

“Em que pese todos os esforços técnicos para se levantar o processo, estas questões só são passíveis de serem observadas e comprovado em auditoria.

Desta forma, como são desenhadas as licitações nos municípios, cada município paga pela estação de transbordo como se a mesma pertencesse apenas a sua jurisdição.

Diante do exposto, por melhor que seja o trabalho feito em escritório, o risco de se apurar superfaturamento que não confirma a realidade é muito grande. Ainda que se consiga apurar, ficará a dúvida se o mesmo é real ou se não estaria penalizando o ordenador de despesa ou a empresa injustamente e sem as comprovações necessárias.

Nas auditorias, os auditores do tribunal de contas procedem às apurações necessárias, mapeando todo o processo, até a disposição final e só depois disso feito é que emitem um parecer sobre um possível sobrepreço e por consequência um superfaturamento nos serviços, com prejuízo à Fazenda Pública.

(...).”

Ora, desde já, necessário assentar que a matéria denunciada, máxima vênia, dota-se de absoluto grau de complexidade; pois, infere-se de seu contexto que a licitação em tela, teve inclusive aspectos a envolver capacitação técnica sim, haja vista que não se pode delegar a execução desse tipo de serviço a qualquer ente empresarial.

Pois, trata-se de serviço com aspecto técnico de engenharia, logística e com viés ambiental, possuindo, diversas frentes de execução.

De mais a mais, o fato por si só, de se promover procedimento de seleção de proposta e concorrencial, data vênia, já induz na patente boa-fé administrativa, seja dos agentes públicos, seja inclusive dos agentes privados envolvidos.



Neste conseqüência, como delineado pelo próprio relatório técnico acima mencionado, a matéria denunciada, envolve aspectos de maior complexidade, e, portanto, não é de fácil elucidação.

Noutro giro, de se observar ainda, que a própria administração municipal, no bojo do processo concorrencial em testilha, à luz das orientações da própria corte de contas, promoveu re-ratificação do edital, em clara demonstração de lisura, retidão e boa-fé administrativa.

Ou seja, rogamos *vênia*, às meras ilações denunciadas, para, de antemão aduzir pela absoluta boa fé administrativa de todos os envolvidos, sejam agentes públicos e privados.

IV.2 – DA NÃO CONFIGURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES DENUNCIADAS E ELENCADAS NO RELATÓRIO TÉCNICO (TC 1792-0 Luiz Henrique Starling Lopes 1ª CFOSE/DFME) EM DISCUSSÃO.

Consoante ver-se-á no curso da presente Alegações de Defesa, asseveramos que as irregularidades denunciadas e elencadas, *data vênia*, não resistem ao crivo do contraditório, impondo-se o arquivamento da denúncia/representação.

IV.2.1 – DO FATOR PRECLUSIVO, DERIVADO DA EFETIVA CONCLUSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

Deduz-se do relatório técnico o seguinte trecho, vejamos:

“(…).

A análise observou ainda que não teria sido identificada nos autos a ata do novo julgamento das propostas, sendo identificado às fls. 358/366, cópia do contrato 001/2018 assinado em 05/01/2018, com a empresa União Recicláveis Rio Novo Ltda.”

Ora diante da constatação de que a efetivação contratação já se efetivou, operacionalizada através do indigitado e denunciado procedimento licitatório, imperioso reconhecer que o fator preclusivo *in casu*, *data vênia*, acabou se operando.

Nesta linha de orientação, em razão da conclusão do certame licitatório, mormente a efetiva contratação da prestação de serviço licitada, há de se concluir que o fator preclusivo

inevitavelmente operou, e, portanto, não há que se remanescer nas discussões ora travados, por força da presente denúncia/representação.

Assim, forte na constatação de que a contratação se efetivou, através da conclusão do certame licitatório, que teve inclusive re-ratificação do edital da licitação, impõe-se arquivar a presente denúncia/representação, tudo para os fins de direito.

Trancamento da denúncia/representação que se impõe, consubstanciado no fator preclusivo noticiado.

IV.2.1 – DA AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE DE MAIOR MONTA, NA QUESTÃO AFETADA À INDEFINIÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO.

Aduz o relatório técnico ora objurgado, vejamos:

“(…).

Por fim, concluiu o Edital em análise não definiu os itens de maior relevância técnica e econômica, uma vez que a exigência editalícia abrange todos os serviços e não define o percentual de cada item da planilha que deverá ter sua aptidão técnica comprovada.

“(…).

A exigência de comprovação de experiência na efetiva execução de todos os serviços a serem prestados foi mantida. O edital de licitação pode prever a necessidade de apresentação de atestados para a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto, conforme consta do artigo 30 da Lei n. 8.666/93:

“(…).

Todavia, o entendimento a este respeito é que as exigências devem ser razoáveis e limitadas aos serviços de maior relevância e valor significativos. A este respeito podemos citar como exemplo a sumula do TCE-SP que diz:

“(…).

Esta é a corrente predominante. Pode-se exigir capacitação técnica operacional. Todavia as exigências devem se limitar aos serviços de maior relevância e valor significativo. Verifica-se que foram exigidos todos os serviços do edital sem identificar quais seriam os serviços de relevância e valor significativos.

“(…).



No presente caso a Prefeitura Municipal não procedeu a esta definição."

De partida, cumpre-nos destacar que o tipo de licitação em discussão, por si só, impõe sim a exigência de atestado de capacidade técnica, eis que não se trata de uma simples e singela prestação de serviços; mas sim, de prestação de serviço de maior complexidade e centrada num cenário de exigência, seja no âmbito executório propriamente, seja no âmbito ambiental, que desafia do contratado, certa expertise na sua operacionalização.

Ora, neste ponto de discussão, reposicionamos, rogando vênia, seja aos termos da denúncia/representação, seja às conclusões contidas no v. relatório técnico, ora confrontado.

Pois, a um, mister deduzir que a apontada deficiência pertinente às **INDEFINIÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA e NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO**, de fato não subsistem, eis que o tipo de certame licitatório, desafia para sua conclusão com eficácia e eficiência administrativa, visando subsidiar à segurança jurídica e contratual à complexa operacionalização da execução do contrato.

Neste desiderato, a dois, imperioso consignar que exigir capacidade técnica, queremos reafirmar, exigir os atestados de capacidade técnica por parte dos pretensos participantes da licitação, data vênia, não implica em malversação de princípios jurídicos-administrativos que devem nortear todo e qualquer certame licitatório.

Assim, a três, mister amplificar que as medidas consentâneas às exigências consubstanciadas no certame licitatório, em especial pertinente à capacidade técnica-operativa, encontra sim amparo na norma geral de licitações.

Em especial a quatro, faz-se necessário consignar o altíssimo grau de exigência, de complexidade, seja no âmbito executório com aspectos de logísticas, seja no âmbito ambiental, por si só, induz na exigência sim de precedência comprovada de capacidade técnica-operacional por parte da pretensa empresa concorrente a ser contratada.

Alias, neste desiderato, a cinco, verberamos que a propagada exigência de capacidade técnica-operativa, encontra sim amparo jurídico e legal, no nosso sistema jurídico pátrio. De mais a mais, refutamos a discutida irregularidade nesta senda que se assenta nas questões apontadas de **INDEFINIÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA e NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO**, eis que consoante se observa inclusive do edital re-ratificado, vejamos:

"(...).
- Coleta;



- *Transbordo;*
- *Transporte; e*
- *Tratamento e destinação final de resíduos. ”*

Ora, assim, mister empreender que o edital, após ser re-ratificado, definiu sim aspectos de maior ou menor relevância, bem como de certo modo parcelou de forma adequada e própria, de acordo com a peculiaridade do serviço a ser licitado e contratado, seu parcelamento de objeto.

Noutro giro, assentamos que as alegadas questões que estariam maculando o procedimento licitatório em tela, em especial no tocante aos aspectos de restrições de competitividade da licitação, mormente as exigências deduzidas no edital do certame, data vênua, não se materializam.

Pois, neste viés de discussão, impõe-se asseverar que as exigências consubstanciadas no edital do certame, não visa restringir competitividade; data máxima vênua, pelo contrário tem o condão de se dar efetiva garantia às partes, em especial à administração pública que tutela direito indisponível, de que os termos contratuais de fato serão executados e cumpridos pela parte contratante.

Assim, vê-se que as exigências contidas no edital do certame licitatório tem sim absoluta pertinência, tanto com as exigências seja de cunho técnico-operacional, seja na seara de segurança técnica e jurídica para fins de execução do contrato administrativo a ser firmado.

No mais, anotamos que essas exigências têm absoluta consonância com as exigências jurídicas e legais que ressoam de nosso sistema.

Pois, infere-se da necessária exigência de Licença Operacional de estação de transbordo, eis que, todos nós somos sabedores, da dificuldade e burocracia advinda de nosso marco regulatório ambiental. Sendo assim, a nosso ver, data vênua, a exigência consubstanciada de licença operacional ambiental, demanda que desde já, da fase de habilitação se exija referido licenciamento, sob pena de não se assegurar a execução do contrato a ser firmado.

Aliás, deixar para licenciar no âmbito ambiental essa questão particular, após o resultado da concorrência, data vênua, pode implicar em fator de dificuldade operacional do contrato de serviço. Outrossim, necessário assentar que referido serviço é de natureza essencial, portanto, não podendo ficar à mercê de atos futuros, tais como licença ambiental.

Assim, forte nesta senda, anotamos que a exigência mostra-se razoável, proporcional e de absoluta pertinência, não podendo ser interpretada como fator de restrição de competitividade.



Lado outro, no que tange a outras exigências, vejamos:

“(…).

4.4) exigência de disponibilidade de 2 caminhões compactadores com capacidade mínima de 12 m³ para a coleta, quando a quantidade coletada pelo município é inferior à capacidade mínima de caçambas;
4.5) exigência de propriedade de 2 caminhões Roll ON-OFF, para o transporte do material desde a estação do transbordo até o centro de tratamento de resíduos – CTR em Rodeiros;”

Ora, neste viés de debate, necessário reconhecer que todo e qualquer contrato desta natureza, exige sim para sua efetiva prestação/execução, um mínimo de infra-estrutura; ademais, há de se observar que a operacionalização do contrato em discussão, demanda sim um aparato técnico e material, de caráter sério e pertinente.

Neste caso, sustentamos que exigir a disponibilidade de - **2 caminhões compactadores com capacidade mínima de 12 m³ para a coleta** – é medida que encontra assento sim, em especial nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; de mais a mais, de se ponderar que exigir, por exemplo, apenas um caminhão, data vênua, no caso de defeito ou impossibilidade de funcionamento do caminhão vinculado à execução do serviço, pode implicar não só na deficiência da prestação de serviço, mas na FALTA da própria prestação de serviço.

Portanto, desde já, asseveramos que referida exigência, além de não restringir competitividade, mas vai de encontro à eficiência e segurança na prestação de serviço, ou seja, garantindo-se sua efetiva prestação.

Por fim, aqui também, sustentamos que a exigência encontra sim amparo legal e jurídico, não se sustentando a mera ilação de restrição de competitividade.

Noutro ponto de discussão, sustenta tanto o denunciante quanto o objurgado relatório do TCE/MG, de que a exigência de - **2 caminhões Roll ON-OFF, para o transporte do material desde a estação do transbordo até o centro de tratamento de resíduos – CTR** -, de igual modo, máxima vênua, encontra arrimo legal e jurídico.

Assim, insta-nos suscitar que referida exigência, na mesma linha de raciocínio e técnica jurídica, encontra sim amparo jurídico; ademais, as exigências aqui delineadas da mesma forma, são alinhadas com uma correta, boa e eficaz prestação de serviço, eis que faz sim necessário, arrimado na segurança de uma regular e eficaz prestação de serviço, ter esse equipamentos - **2 caminhões Roll ON-OFF** -, alinhados para garantir a segurança da prestação de serviço.



Data vênia, advogamos que referida exigência não implica em cerceamento e/ou restrição à competitividade, eis que todo e qualquer ente empresarial deve ter uma infraestrutura de equipamentos e materiais, aptos à integralidade da execução do contrato a ser firmado.

Por fim, aqui como acolá, mister sintetizar que as exigências guardam sim consonância com a eficaz prestação de serviço, visando assegurar boa, regular, eficaz e segurança prestação de serviço, tudo arrimado nos mais mezinhos princípios jurídico-administrativos que regem a matéria litigada, não podendo, máxima vênia, ser equiparado à situação de restrição de competitividade.

Por derradeiro, aduz tanto a denúncia quanto o relatório técnico TCE/MG, que há indício de sobrepreço. *Data vênia*, de antemão cumpre-nos repisar que referido indício não possui substrato técnico e jurídico.

Haja vista que, à luz de tudo até aqui debatido, mostra-se de absoluta pertinência e plausibilidade, que o tipo de prestação de serviço discutido e debatido, inquestionavelmente, é um serviço de elevadíssimo grau de complexidade.

Isto é, queremos reiterar, não se trata de uma simples e singela prestação de serviço; mas, pelo contrário, trata-se de um tipo de prestação de serviço, que envolve aplicação de mão-de-obra a ser aplicada e contratada, incidência de equipamentos (veículos e caçambas) além de outros mais, além é claro de toda uma logística de serviços afetados à coleta de lixo, limpeza urbana, transporte desses resíduos, sistema de transbordo e tratamento desses resíduos, tudo a ser operacionalizado num concomitante sistema de execução.

Noutro giro, incumbe-nos destacar que o próprio relatório técnico deste col. TCE/MG, traz insita a seguinte opinião, vejamos:

“(…).

Diante do exposto, por melhor que seja o trabalho feito em escritório, o risco de se apurar superfaturamento que não confirma a realidade é muito grande. Ainda que se consiga apurar, ficará a dúvida se o mesmo é real ou se não estaria penalizando o ordenador de despesa ou a empresa injustamente e sem as comprovações necessárias.”

Desse modo, corroborado na dialética defensiva ora desenvolvida, rechaçamos as afirmações de que teria ocorrido situação de sobrepreço, e, como tal, desde já propugnamos que a situação em si, desafia prova técnica pericial, a ser deferida, como medida de direito que se impõe, sob pena de grave malferimento dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

+

Portanto, inteira plausibilidade jurídico-constitucional que assiste à defesa em tela, razão pela qual deve ser arquivado a denúncia/representação ora refutada, como medida de direito que se impõe.

IV.3 – DA NECESSÁRIA PROVA PERICIAL CONTÁBIL.

Por si só, diante da patente e incontestada constatação de que o alegado sobrepreço mostra-se como matéria eminentemente técnica, mostra-se inquestionável o direito ao deferimento do pleito pericial, em caráter especial e devidamente justificado.

Ademais, mister salientar ainda, que a eventual apuração de sobrepreço, desafia conclusão pericial, sob pena de caracterizar-se como outro fator de flagrante violação das garantias constitucionais e legais inerentes aos processados.

Assim, impõe-se reconhecer, nos moldes aqui vazados, que o pleito ora destacado mostra-se necessário e inafastável à luz dos argumentos e fundamentos que sustentam a presente manifestação de defesa.

Por fim, mostra-se de patente e incontroversa plausibilidade jurídica a necessidade ora sustentada de promover o ato pericial ora requerido, sob pena de grave comprometimento às garantias constitucionais que norteiam a defesa do peticionário/interessado ora defendente.

V – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS.

Ante o exposto, requer:

- a) Receba, autue e conheça da presente Manifestação de Alegações de Defesa;
- b) Preliminarmente, decrete a nulidade do processo, em razão do não franqueamento à defesa do acesso à chave eletrônica, conforme demonstrado nos e-mails que instruem a presente Alegações de Defesa;
- c) Ainda, preliminarmente, declare o fator preclusivo apontado em sede própria, e determine o arquivamento da presente denúncia/representação;
- d) No mérito, acolha e dê integral procedência aos argumentos e fundamentos vazados neste ato, para julgar improcedente a denúncia/representação e tudo que dela advier, por ausência de suporte fático, jurídico e probatório;



e) Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial documentais, pessoais e depoimentos pessoais, técnicas e periciais pertinentes ao deslinde da matéria litigada, e tudo mais que for legal e moralmente admitido em direito;

f) Em especial, pelo deferimento da prova pericial contábil, na forma e modo justificado e requerido no item IV.3) desta manifestação de defesa, protestando, pela indicação de assistente de perícia e formulação de quesitos se necessário;

g) Protesta, para indicar rol de testemunha, após designação de audiência para essa finalidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Belo Horizonte/MG, 25 de novembro de 2020.

HÉLIO SOARES DE PAIVA JÚNIOR
OAB/MG 80.399



GUSTAVO FERREIRA MARTINS
OAB/MG 124.686

RAFAEL AUGUSTO FERREIRA GOMES
OAB/MG 141.423

BRUNO H. SILVA PONTES
OAB/MG 188.417